



CARTA DE RIBEIRÃO PRETO
Encaminhamentos da 86ª Reunião Geral da FNP

Prefeitas e prefeitos, reunidos em Ribeirão Preto/SP, durante a 86ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, nos dias 18 e 19 de abril de 2024, expressam posicionamento em relação a temas debatidos e deliberados, visando o fortalecimento e o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

1) Considerando a importância da Reforma Tributária para as finanças municipais, governantes locais se comprometem a instituir uma comissão de prefeitas e prefeitos para atuar politicamente na sua regulamentação, visando proteger os interesses municipais.

2) Reconhecendo a necessidade de serem estabelecidas novas regras para pagamento de precatórios, é urgente intensificar o diálogo com o Conselho Nacional de Justiça e com o Senado Federal, no sentido de garantir que não haverá cassação da certidão negativa, em caso de não pagamento dos precatórios e, também, de estabelecer o teto de vinculação da Receita Corrente Líquida em 1%.

3) Prefeitas e prefeitos comprometem-se também a apoiar o PLP 459/2017 para oferecer segurança jurídica para a securitização da dívida ativa, buscando alternativas para sua utilização na amortização de precatórios e para ampliar a capacidade de investimento local.

4) É necessária a alteração da Lei 14.789/2023, no sentido de retirar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre as subvenções para a descarbonização do transporte público coletivo, visando acelerar a eletrificação da frota e, com isso, reduzir a emissão de gases de efeito estufa em nossas cidades.

5) Governantes locais apoiam propostas para regulamentação da COSIP e repactuação federativa da CIDE-Combustíveis, bem como a aprovação do PLP 233/2023, que institui o SPVAT e destina até 40% das receitas a estados e municípios, atualmente tramitando no Senado Federal.

6) Reforçam o posicionamento contrário ao PL 1027/2024 e defendem alíquotas reduzidas da contribuição patronal válida a todos os municípios vinculados ao regime geral, independentemente da sua população.

7) Também reiteram, junto ao governo federal e ao Congresso Nacional, a urgência de construção de uma alternativa para mitigar os impactos da nova forma de rateio do Salário-educação, decorrente da decisão do STF, no âmbito do ADPF nº 188. Por esses motivos, a FNP entende que a mudança nas regras de rateio deveria passar por um período de transição, de forma a permitir que os entes afetados negativamente tenham tempo para se adaptar à nova realidade.

E, ainda, prefeitas e prefeitos, comprometem-se a articular esforços junto aos demais entes federativos para o combate à Dengue, visando proteger a saúde da população.

Ribeirão Preto/SP, em 19 de abril de 2024.

Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos